

CAPÍTULO 17

OS FUNDAMENTOS DA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Irismar Aparecida do Nascimento
Márcia Kelma de Alencar Abreu
Francisca Clara de Paula Oliveira

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é a exclusão da classe trabalhadora do espaço escolar, exclusão esta que se dá de duas formas: pela reprovação constante desses alunos e ainda pela evasão que ocorre quando os alunos abandonam a escola. A reprovação aqui pensada no sentido amplo, incorpora os valores e as atitudes das crianças oriundas da classe trabalhadora que muitas vezes são incompreendidas e segregadas no espaço escolar. A falta de identificação e pertencimento ao espaço de aprendizagem escolar, se constitui sobremaneira em um dos elementos da desmotivação, e na desistência dos estudos (PATTO, 2016). Por trás de tudo isso existe toda uma estrutura sistemática de manutenção da submissão da classe trabalhadora às classes dominantes. Uma educação emancipatória e uma psicologia crítica e social dispostas a pensar e buscar caminhos para superar o problema da evasão por condicionantes sociais, étnico-racial e de gênero é o que está proposto a se refletir neste trabalho. O presente estudo aborda de forma crítica a relação da psicologia com a educação, ambas as ciências estão preocupadas com o fenômeno da reprovação e evasão escolar que incide sobre as camadas populares. O objetivo é compreender a relação da psicologia com a educação na busca de explicar o fracasso escolar, e ainda discutir a relação do fracasso escolar com a sociedade de classes. A abordagem teórico-metodológica esclarece a função social da educação e procura refletir o tema da marginalidade e do fracasso escolar que ocorre majoritariamente sobre as camadas populares. Pensando também sobre a relação da desigualdade social e desigualdade educacional. É abordado sobre a psicologia dentro da instituição escolar procurando assim refletir sua relevância na educação. Neste texto apresenta-se os fundamentos da articulação entre a educação e a psicologia no contexto escolar, a relação entre a psicologia e a pedagogia é precedida pela busca em explicar os fenômenos de reprovação e não adequação das camadas populares na educação escolar. A psicologia é uma área complementar à educação, cabendo ao professor a tarefa de principal agente da relação ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia da educação. Fracasso escolar. Sociedade de classes.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a exclusão da classe trabalhadora do espaço escolar, exclusão esta que se dá de duas formas: pela reprovação constante desses alunos e ainda pela evasão que ocorre quando os alunos abandonam a escola. A reprovação aqui pensada no sentido amplo, incorpora os valores e as atitudes das crianças oriundas da classe trabalhadora que muitas vezes são incompreendidas e segregadas no espaço escolar. A falta de identificação e pertencimento ao espaço de aprendizagem escolar, se constitui sobremaneira em um dos elementos da desmotivação, e na desistência dos estudos (PATTO, 2016). Por trás de tudo isso existe toda uma estrutura sistemática de manutenção da submissão da classe trabalhadora às classes dominantes. Uma educação emancipatória e uma psicologia crítica e social dispostas a pensar e buscar caminhos para superar o problema da evasão por condicionantes sociais, étnico-racial e de gênero é o que está proposto a se refletir neste trabalho.

Portanto, o objetivo deste texto é apresentar elementos da psicologia histórico cultural que nos ajuda a compreender o fracasso escolar como consequência das marcas da estrutura social brasileira. Nesse sentido procura-se com esse trabalho responder a seguinte pergunta: Qual a relação entre a psicologia e a educação na busca de respostas ao fracasso escolar? Dessa forma procura-se refletir no âmbito interdisciplinar essa correlação existente nessas duas áreas do conhecimento que se encontram e se complementam.

Pretende-se encontrar nos autores pesquisados (SAVIANI, 2018; 2021; PATTO 2015; 1983; FACCI 2019; FREIRE, 1991; 2013) uma base para firmar a psicologia como um recurso necessário para as escolas, além de perceber os passos dados para que se efetive essa ação no cotidiano escolar. Embasado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), No Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas na Educação Básica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019), busca-se suscitar reflexões sobre o entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento, principalmente para a educação que lida diretamente com seres humanos na perspectiva de enxergá-lo como um todo, visando construir uma formação humana cada vez mais ampla e integral.

Nesta perspectiva busca-se neste trabalho ressaltar a importância do diálogo entre os profissionais da educação para pensar a função social da escola pública no combate à exclusão social e escolar. Neste âmbito, busca-se neste texto esclarecer o papel da(o) psicóloga(o) escolar, o qual na concepção de Patto (1983), no livro *Introdução à psicologia escolar*, poderá constituir-se como um profissional de extrema relevância na promoção do diálogo entre pais, família e escola. Com esse raciocínio foram articuladas às concepção de educação e processo educativo de Patto (1983) às visões de mundo e educação dos autores por ela apresentados na obra supracitada: Freire (1983), Gouveia (1983), Reger (1983), Soares (1983) e Swartz (1983), na intenção de proporcionar ao leitor um cenário no qual possa se visualizar como seria a escola inclusiva.

No prefácio da referida obra, Patto (1983) anuncia a intencionalidade ao organizar o material que servirá de suporte tanto para professores quanto para psicólogas(os) “[...] de modo a motivá-lo e prepará-lo para o exercício de uma função profilática e libertadora junto às camadas oprimidas da população, na qual possa fazer psicologia sem psicologizar e fazer ciência sem cientificar.” (PATTO, 1983, Prefácio). Nesta leitura da autora ambos desenvolvem um papel de prevenção e de transformação social na busca de uma educação com qualidade social.

Neste percurso é abordado sobre como foi se firmando a relação da psicologia com a educação, construindo uma reflexão sobre o papel da(o) professora(o) como principal agente do processo educativo independente da intervenção de outros profissionais, continua sendo o/a docente a(o) responsável pelo ensino e aprendizagem do aluno.

A relação entre a psicologia e a pedagogia é precedida pela busca em explicar os fenômenos de reprovação e não adequação das camadas populares na educação institucionalizada: a escola. “Nas histórias da psicologia e da educação, percebe-se uma proximidade entre ambas. A psicologia sempre esteve auxiliando a escola.” (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019, p. 49)

2 PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO, DUAS CIÊNCIAS E UM PROBLEMA: OS ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E EVASÃO DOS ALUNOS DA CLASSE TRABALHADORA

A visão de educação que foi abordada neste trabalho é aquela capaz de proporcionar a cada sujeito a apropriação do saber sistematizado a fim de que “incorpore a humanidade em si” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 40). Esse processo de humanização ocorre à medida em que o sujeito se apropria da cultura produzida historicamente. Assim, constitui-se em condição *sin quo non para uma sociedade efetivamente democrática, uma escola como campo da formação de sujeitos cognoscentes, sensíveis e pleno de potencialidades para produzir e compartilhar saberes e conhecimentos* (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019). Segundo os autores supracitados, para, de fato, compor o gênero humano se faz necessário essa apropriação.

Em outros termos, a educação é para que todos tenham condições de aprender o legado que foi construído pela humanidade; é por meio dela que o indivíduo tem possibilidades de desenvolver suas funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, sua consciência, transformando-se em ser histórico e social (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019, p. 11).

Na abordagem do pensamento crítico para que realmente se cumpra o ideal de uma educação integral, onde cada sujeito tenha acesso às condições materiais e intelectuais necessárias para o seu pleno desenvolvimento é preciso superar a sociedade de classes.

Quer dizer, superada a sociedade de classes, chegando o momento histórico em que prevalecem os interesses comuns, a dominação cede lugar a hegemonia, a coerção à persuasão, a repressão se desfaz, prevalecendo a compreensão. Aí, sim, estarão dadas historicamente as condições para o pleno exercício da prática educativa (SAVIANI, 2018, p. 69).

Na sociedade capitalista dividida em classes, onde alguns detêm o poder de decisão e os demais são dominados e submetidos aos interesses de uma minoria, a educação também

incorpora vários desses princípios. É necessário entender esses mecanismos de dominação presentes na educação para realmente poder reivindicar e fazer uma escola capaz de superá-la.

O ensejo deste trabalho é trazer a educação numa perspectiva capaz de levar os sujeitos à emancipação e não à alienação. “Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação.” (FREIRE, In. PATTO, 1983, p. 70) Essa forma de educação se propõe a superar a educação bancária que aliena e torna subserviente o ser, enquanto a educação problematizadora proposta por Paulo Freire emancipa e forma cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade.

Na obra *Escola e Democracia*, Dermeval Saviani (2018) procura dar uma resposta ao fenômeno da marginalidade concebido por este como resultante da sociedade de classes conduzida por projetos, políticas e ideários assentados no lucro e não nas pessoas. Para o autor, o termo "marginal", reporta-se tanto aos que são postos à "margem" da sociedade, os excluídos socialmente, quanto aos que frequentam a escola e são por esta abandonados, pela ausência de políticas de permanência e de apoio à aprendizagem.

Saviani (2018) apresenta esse problema sob olhares diferenciados e até mesmo opostos, ao organizar dois grupos de teorias chamados de: não-críticas e crítico reprodutivistas. Esse primeiro grupo de teorias não-críticas concebe a sociedade como “harmoniosa, tendendo a integração dos seus membros” (SAVIANI, 2018, p. 4). A marginalidade é vista como um problema pontual, passível de correção, tendo a educação esse papel de reintegrar os que se desviam de volta à sociedade. A escola é portanto autônoma e capaz de conceber a sociedade igualitária.

O segundo grupo chamado de teorias crítico reprodutivistas concebe a sociedade como “essencialmente marcada pela divisão entre grupos antagônicos que se relacionam à base da força.” (SAVIANI, 2018, p. 4). A marginalidade é, pois, um problema “[...] inerente à própria estrutura da sociedade” (SAVIANI, 2018, p. 4), tendo a educação o papel de reforçar as diferenças sociais, a escola é “dependente da estrutura social geradora de marginalidade”. (SAVIANI, 2018, p. 4).

Desta forma, o autor propõe que sejam estudadas as teorias críticas como forma de superação tanto da visão romântica das teorias não críticas, quanto da visão fatalista das teorias crítico-reprodutivistas. A proposta de uma teoria crítica visa evitar o caráter ilusório do primeiro grupo, e o de impotência do segundo “[...] colocando nas mãos dos educadores uma arma de

luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real ainda que limitado” (SAVIANI, 2018, p. 25), se propõe a “dar substância concreta” aos educadores, podendo fornecer aos professores uma bandeira de luta forte o suficiente para não sucumbir aos interesses dominantes.

O termo marginalidade usado por Saviani diz respeito ao fenômeno que a Maria Helena de Souza Patto (2015) vai chamar de fracasso escolar, chamando a atenção desses autores ao fato de que muitas das crianças que entravam na escola saíam sem conseguir serem alfabetizadas, além dos que não tinham acesso à escola, dos que chegavam a ela, poucos permaneciam sem serem reprovados.

A partir da leitura do livro *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (PATTO, 2015), é possível perceber à luz da relação da psicologia com a educação, que essas duas áreas do conhecimento se encontram e lançam explicações relevantes para o fenômeno do fracasso escolar que tem permanecido sobre as camadas populares. Afinal, quem fracassa, a sociedade de classes ? a escola ? o docente? ou o aluno?

As explicações que foram sendo elaboradas ao longo dos anos para a explicação do fracasso escolar acabaram reforçando preconceitos que até hoje perpassam a realidade nas escolas. O estudo dessas diferenças não tinha como intuito resolver o problema das desigualdades educacionais ou sociais, mas “[...] manter sólida a crença na igualdade de oportunidades e na meritocracia.” (PATTO, 2015, p. 22). Nesse bojo de manutenção do *status quo* para conservação dos privilégios das classes dominantes, surgem as ideologias raciais que tentaram provar a superioridade da raça branca sobre os não-brancos: indígenas, negros, mestiços e etc, bem como as ideologias culturalistas que transferem para a família e o convívio social as explicações sobre o fracasso escolar.

No primeiro momento, quando surgem as ideologias raciais são formuladas teorias como: teoria do determinismo racial, a genialidade hereditária entre outras, por elas propaga-se o racismo e a xenofobia. No segundo momento surgem a teorias culturalistas dentre elas estão: teoria da carência cultural, teoria da privação cultural e as teorias ambientalistas, essas geram um preconceito estigmatizante para com as camadas populares. Conforme preconiza Patto:

Num mundo no qual argumentos racistas explícitos podem causar constrangimento, como explicar a perpetuação de uma parcela da população nesse limbo? Pelo recurso a versões ambientalistas do desenvolvimentos humano, reservando-se ao termo ‘ambiente’ uma concepção acrítica, compatível ao mesmo tempo com uma visão biologizada da vida social e com uma definição etnocêntrica de cultura: de um lado o ambiente é praticamente reduzido à estimulação sensorial proveniente do meio físico; de outro, valores, crenças, normas, hábitos e habilidades tidos como típicos das classes dominantes são considerados como os mais adequados à promoção de um desenvolvimento psicológico sadio (PATTO, 2015, p. 72).

Na insurgência da universalização da escola, surgem os estudos que procuram compreender aqueles que não tinham sucesso escolar. Esses estudos são inclinados por racismos, preconceitos, segregação e discriminação. A referência cultural das classes dominantes fazia com que a escola não acolhesse as várias formas de linguagem, expressão e vivência trazida pela classe trabalhadora para a escola, tais comportamentos e costumes deveriam ser mudados ou esquecidos, não cabiam dentro dos padrões da escola.

Mesmo com as dificuldades encontradas nas traduções das obras internacionais como vem ressaltar Swartz (1983) os escritos de Bourdieu são uma chave para compreender essa inadequação da escola às camadas populares.

2.1 O papel do ensino superior na reprodução das marcas estruturais da sociedade de classes

Para compreender a educação na sociedade de classes, faz-se necessário colocar essa questão apresentada por Bourdieu sobre como se dava a "relação entre o sistema de ensino superior e a estrutura de classes sociais" (SWARTZ, In. PATTO, 1983, p. 34). Chamava atenção do pensador francês o fato de que poucas pessoas das camadas populares alcançavam os espaços de ensino superior, além do que era essa etapa de educação que mais promovia *status* e ascensão social.

Analisando essa situação Bourdieu postula que o ensino superior “[...] desempenha uma função social mais profunda, mais obscura: contribuem para a reprodução da estrutura de classes sociais, reforçando a divisão cultural e de status entre as classes.” (SWARTZ, In. PATTO, 1983, p. 35) Outro aspecto importante em sua obra é o conceito de “capital cultural” que seria herdado e vivenciado pelas classes altas através do acesso aos bens culturais tidos como elevados.

As próprias instituições de ensino superior como apresenta o autor prezavam por esse tipo de conhecimento erudito. Ao passo que os modelos tradicionais de educação, o currículo e a avaliação exigiam esse saber rebuscado. Nesse ponto o aluno advindo das camadas baixas encontrava bastante dificuldade enquanto que os da elite já dispunham desse cabedal de conhecimento.

Swartz vai dizer que “Bourdieu foi um dos primeiros sociólogos a analisar criticamente o tema tão em moda da ‘democratização’ do ensino, numa época em que as teorias sobre a ‘sociedade especializada’ e a ‘ascensão da meritocracia’ dominavam o pensamento

educacional.” (PATTO, 1983, p. 36). Para ele, a forma como a escola funcionava apoiava a ideologia da meritocracia.

Essa forma de eleger um tipo específico de saber e uma forma restrita de aprender chega à escola, ao querer excluir as aprendizagens e saberes trazidos pela criança a escola exclui também a própria criança do processo de ensino aprendizagem. A criança vista como uma folha em branco perdia totalmente sua identidade ao mesmo tempo que não se tornava parte real da escola. “A mensagem, constantemente transmitida por muros e portões, chaves e cadeados, gestos e palavras, é clara: a escola não lhes pertence.” (PATTO, 2015, p. 226). A criança não tendo voz, nem vez nesse processo, não era vista como sujeito que já trazia conhecimentos que precisavam ser aprimorados e aperfeiçoados junto ao saber sistematizado. “Novamente não se ouve a criança, não a consideram um participante ativo do processo, nem mesmo quando este não corresponde ao esperado pelos educadores.” (PATTO, 2015, p. 238).

Nesta linha de raciocínio, chama-se atenção para um aspecto importante na história da educação e da Pedagogia no Brasil, a hegemonia do ideário escolanovista onde o estreitamento das ciências pedagógicas e psicológicas se dá de fato, no movimento da Escola Nova. Neste movimento as contribuições dessas ciências procuram estabelecer uma forma de ensino que leve em consideração a forma como o sujeito aprende e se desenvolve. “É em torno dela que se congregam psicólogos e pedagogos que, na virada do século, sonharam com uma psicometria e uma pedagogia a serviço de uma sociedade (de classes) igualitária.” (PATTO, 2015, p. 64).

Ao tratar sobre as tendências pedagógicas que existiram no Brasil, De Oliveira; Libâneo e Toschi (2012) apresentam as cinco classificações feitas por Saviani, onde a Escola Nova faz parte da *tendência humanista moderna*. Sendo que essa resulta numa pedagogia em que o aluno se torna o centro do processo educativo. Mesmo tendo surgido no século XIX na Europa, foi nos Estados Unidos que ela ganhou força através das ideias de John Dewey. No Brasil ela se difunde a partir dos anos 20 por meio do movimento da Escola Nova.

Na revisão elaborada por De Oliveira, Libâneo e Toschi (2012) a Escola Nova faz parte da tendência liberal traduzida geralmente por aqueles que adotam uma visão construtivista. O autor fala do equívoco que por vezes acontece nessa visão de educação quando seus adeptos tentam juntar autores com pensamentos distintos como é o caso de Jean Piaget e Vygotsky. A Escola Nova é uma resposta à pedagogia tradicional em que o professor era o centro do processo e detentor do saber, enquanto o aluno era mero receptor.

A Escola Nova revolucionou não só ao pôr o aluno no centro, mas também ao permitir que ele elabore o conhecimento, por meio das experiências, dessa forma o professor é tido como mediador da aprendizagem “[...] se considera mais importante a organização do ambiente de aprendizagem para que o aluno possa desenvolver sua própria atividade de aprender.” (OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2012 p. 245)

Um dos grandes marcos do movimento da Escola Nova no Brasil foi o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova lançado em 1932, o qual trouxe várias reivindicações importantes para a educação pública brasileira. Porém mesmo sendo um movimento inovador o escolanovismo não conseguiu superar os muros da escola, frisando as mudanças principalmente nas questões internas a ela, não levou em consideração o contexto social, político e econômico.

O escolanovismo propõe um novo tipo de homem, defende princípios democráticos, isto é, todos têm direito a assim desenvolverem. No entanto, isso é feito em uma sociedade dividida em classes, onde são evidentes as diferenças entre o dominador e as classes subalternas (VEIGA, 1991, p. 31).

O foco dado pelo movimento para a resolução dos problemas educacionais acaba sendo dado sobretudo aos aspectos práticos do processo educativo, era preciso melhorar a técnica de ensino, sem contudo considerar que vários outros aspectos externos à escola também influenciavam na aprendizagem. Essa limitação ideológica e pedagógica da escola nova talvez tenha realmente semeado uma "nova escola", mas de usufruto exclusivo dos otimistas com o pragmatismo e o utilitarismo da ciência a serviço do capital, e dos que tendo o acesso aos bens culturais tiveram as condições de enriquecer as lacunas pedagógicas deste novo projeto de escola.

Por outro lado os índices de reprovação das crianças pobres só aumentava, entra a psicologia no cenário educativo porém de forma ainda distante, as crianças "atrasadas" eram encaminhadas para clínicas onde eram avaliadas e diagnosticadas, todo esse processo feito fora do ambiente escolar e sem levar em conta seus aspectos estruturais, culturais, econômicos, políticos e sociais. Tais diagnósticos só serviam para estigmatizar e segregar ainda mais essa parcela da população.

A produção do fracasso escolar (2015) é uma obra que nos ajuda a desvelar como ocorriam as intervenções da psicologia na escola na época da pesquisa (1983). “O objetivo foi denunciar a utilização do conhecimento psicológico para justificar o fracasso escolar da escola pública fundamental em uma sociedade desigual e injusta, atribuindo-o a deficiências individuais, familiares e culturais de seus usuários.” (PATTO, 2015, p. 22). Os encaminhamentos feitos pela escola eram sem critérios plausíveis, e os laudos eram realizados

de forma arbitrária, sem levar em consideração os processos de ensino realizados com essas crianças na escola.

Nos relatos registrados por Patto (2015), a autora afirma que uma das professoras, que participou da sua pesquisa, encaminhava com frequência alunos à coordenação, porém em um dado momento reflete um pouco e percebe que o encaminhamento deveria ser repensado, segundo esta “as vezes a gente se engana ao encaminhar, precisa se familiarizar com a criança primeiro.” (PATTO, 2015, p. 383). Os laudos como o de Ângela, uma das crianças que participou da pesquisa, não condizem com o seu comportamento e desenvolvimento da mesma fora da escola, em casa e na rua onde as pesquisadoras interagiram por um determinado período com ela.

Fica claro que o que se passa na escola é excluído dos relatórios feitos pelas clínicas psicológicas, é colocado sobre a menina Ângela e sua família a culpabilização do fracasso escolar. “Considerando como causa de seu fracasso escolar ‘conflitos muito intensos a nível emocional’ de origem familiar, o relatório exclui, como convém ao sistema, a dimensão social e política da (re)provação escolar.” (PATTO, 2015, p. 322).

Os laudos e relatórios feitos por psicólogos na época da pesquisa, como foram apresentados pela a autora, eram feitos baseados nas informações vindas da escola como justificativa do encaminhamento. Nesses diagnósticos são encontrados verdadeiros absurdos sobre as crianças, crenças que são desveladas ao longo da pesquisa, quando as crianças demonstram suas capacidades e habilidades com liberdade. Mesmo presas ao que são submetidas na escola aos poucos vão expressando como realmente são.

Esse fato facilita sobremaneira a transformação do usuário no grande “bode expiatório” do sistema porque embaça a percepção da natureza política do fracasso escolar ao transformá-lo numa questão de incapacidade pessoal ou grupal anterior à escola (PATTO, 2015, p. 361).

Ter um psicólogo dentro da escola deveria ser uma forma de não deixar a medicalização do fracasso escolar acontecer (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019), pois estando junto ao processo educacional é possível trabalhar as dificuldades de aprendizagem ou dificuldades de escolarização na raiz onde eles se dão: no ambiente escolar. Ao estar dentro da escola, planejando, pensando, refletindo junto aos professores, gestores, técnicos e etc, o psicólogo pode superar a visão puramente médica ou cientificista para uma compreensão mais aguçada de todo o contexto social e histórico dos sujeitos e da instituição. Longe de ser a solução de todos os problemas escolares, o psicólogo escolar ajuda a desvendar as relações na forma como se dão entre os sujeitos, o ambiente, o ensino e etc.

2.2 A intervenção da(o) psicóloga(o) no ambiente escolar: interdisciplinaridade e respeito a(o) professora(o) como agente principal do processo educativo

A pedagogia é uma área rica em saberes sobre os processos de ensino e aprendizagem e formação do conhecimento. Relaciona-se com práticas pedagógicas e métodos de ensino capazes de gerar significativos e importantes resultados para seus alunos. Porém, existem delimitações que se apresentam criando situações atípicas que fogem do campo pedagógico reclamando saberes de outras áreas.

Ainda no século XVIII a prática adotada para lidar com crianças atípicas, na época tidas como anormais, era simplesmente e puramente colocá-las em asilos e sanatórios onde eram tratadas como incapazes e debilitadas. A percepção de que as dificuldades de aprendizagem poderiam ser superadas começa a surgir aos poucos, um dos pioneiros nessa esfera foi o médico Itard (1774-1838) que adotou o menino Victor e o ajudou a desenvolver várias capacidades (LAMOGLIA; CRUZ, 2014). Victor foi encontrado na mata com aproximadamente doze anos de idade, por não ter convivido em sociedade até então, ele teve de aprender várias coisas como: andar, ler, escrever, se comunicar e etc.

Refletindo a partir desse caso é possível perceber que sem a real ajuda e o olhar diferenciado e atento do médico Itard, o menino Victor jamais teria desenvolvido diversas habilidades como o simples fato de expressar emoções, entre outras. Isso esclareceu algo importante para a área educativa: a importância da interação social e da “atividade lúdica na primeira infância” sendo que a falta das mesmas impediu o menino Victor de ir mais além. (LAMOGLIA; CRUZ, 2014, p. 13).

A atuação do professor tem um limite em que se fazem necessárias intervenções de outros profissionais especificamente formados para isso. Uma dessas áreas é a psicologia na presença de psicólogos(os), que podem atuar na educação, desenvolvendo práticas que irão contribuir para uma aprendizagem holística dos alunos. A escola, os professores, pais e responsáveis pelas crianças que estão se formando na escola ganham com as contribuições desta(e) profissional. Ela(e) é formada(o) para tratar e cuidar dos comportamentos humanos e relacionais no sentido de evitar os desvios que tantos problemas causam na sociedade e que se fazem presentes nos processos escolares. “Em outras palavras, não basta que a criança frequente a escola, mas que esta ofereça condições que favoreçam seu aprendizado” (LAMOGLIA; CRUZ, 2014, p. 51).

É preciso além de promover o acesso à educação, garantir a permanência desse aluno na escola. Muitas vezes as questões emocionais e psicológicas são motivos de desistência, afastamento da escola, apatia para com as aulas, entre outras situações que acabam desembocando na evasão escolar, seja por abandono dos estudos ou por desinteresse que leva à reprovação. Neste prisma, chama atenção para a responsabilidade do Estado brasileiro na condução da educação escolar dos alunos da escola pública, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 6º, § 1º, no qual afirma-se a necessidade de assegurar “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1988, n.p.).

Portanto, são necessários meios para se pensar as causas da evasão, bem como ter vontade política de buscar caminhos para a resolução dos conflitos e situações que possam causar a evasão escolar. Neste sentido, a psicologia tem na escola essa função de prevenir e orientar a fim de uma maior qualidade de convivência no ambiente escolar. No Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2014), estão dispostas três diretrizes para a superação das desigualdades educacionais a saber: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2015).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou ainda em 2013 as "Referências Técnicas para atuação de psicólogas na Educação Básica", esse mesmo documento foi revisado em 2019, antes mesmo da aprovação da Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019 (CFP, 2019) Portanto reconhecendo a escola como um lugar repleto de desafios, o documento propõe que a ação da(o) psicóloga(o) na escola seja coletiva e integrada.

O psicólogo escolar tem um papel singular dentro das escolas, além de todas as competências técnicas a serem exercidas através do conhecimento, existe o compromisso social de buscar nas instituições escolares os meios para que as crianças da classe trabalhadora não sejam subjugadas e estigmatizadas, pelo contrário sua missão perpassa a superação dessas visões estereotipadas.

O psicólogo escolar é um profissional, mas também é um cientista e um engenheiro educacional ou projetista de planos educacionais que se vale das mais modernas metodologias e técnicas. Tem muito em comum com o administrador educacional e com o professor, na medida em que procura usar o sistema educacional tão efetivamente quanto possível para cada criança individualmente ou grupo de crianças. Tal como seus colegas educadores, ele daria mais ênfase ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças do que à “patologia” (REGGER, 1983, p. 14).

Tal como a(o) professora(o), a atuação da(o) psicóloga(o) no ambiente escolar não é neutra, e para que ambos possam desenvolver bem seu papel precisam ter clareza acerca da

visão de ser humano, educação e sociedade que almejam. “Nem sempre educadores e psicólogas(os) têm clareza da visão de homem e educação que permeia a sua prática profissional.” (CFP, 2019, p. 46).

Corroborando com Paulo Freire “A educação é um ato político no qual deve haver compromisso, ética e as demais *virtudes indispensáveis a quem ousa ensinar* [...]” (1991, p. 20, *grifo nosso*). Sobre o Compromisso do profissional com a sociedade, no livro Educação e mudança (FREIRE, 2013), o autor destaca que o primeiro compromisso do ser humano é com a solidariedade e humanização, como profissional, essa “dívida” para com a humanidade aumenta, e para corresponder é preciso buscar na ciência e na tecnologia as armas para essa luta. Outro ponto importante dessa obra é a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, no documento que serve de orientação aos psicólogos na atuação nas escolas públicas (CFP, 2019) fica claro a necessidade de posição crítica desse profissional no ambiente escolar.

Portanto, a finalidade da atuação da(o) psicóloga(o) na Educação deve se pautar no compromisso com a luta por uma escola democrática, de qualidade, que garanta os direitos de cidadania a crianças, jovens e profissionais da Educação. Esse compromisso é político e envolve a construção de uma escola participativa que possa se apropriar dos conflitos nela existentes por meio da implicação de todos os seus atores (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 59).

A visão clínica deve ser superada para que realmente a psicóloga(o) escolar possa desenvolver bem seu trabalho que articula todos os sujeitos da escola. No ambiente escolar a psicóloga(o) promoverá um trabalho que envolva: projeto político pedagógico, processo de ensino aprendizagem, formação de educadores, educação inclusiva, grupos de alunos.

Para que a formação dos alunos seja integral se faz necessária uma articulação entre mente, corpo e psique. A aprendizagem do aluno não depende somente de sua disposição intelectual, mas está estritamente ligada ao desejo, ou seja, a motivação emocional. Para levar o conhecimento do mundo a uma criança, é preciso antes compreender que dentro dela existe outro universo tão complexo quanto o mundo que se conhece. O universo interior de cada pessoa, seu inconsciente, é o detentor de grande parte daquilo que o constitui. (FREUD, 2008). Nessa perspectiva torna-se claro que é inviável um professor que deseja estimular a construção do conhecimento de seus alunos esteja alheio ou distante da compreensão psicológica ou indiferente a realidade do seu aluno.

Conforme Cunha (2008), a(o) professora(o) ao ter acesso e orientação da psicologia passa a ter mais clareza acerca dos fatores emocionais e inconscientes do aluno, por meio desse recurso pode encontrar maneiras que revelem a raiz de problemas pessoais seus ou de seus educandos. Tal fato, porém, não o habilita para realizar diagnósticos, antes o leva a perceber

quão necessária e importante é a atuação desses profissionais junto à educação. As orientações recebidas serão um guia de onde podem estar localizadas as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A atuação da(o) psicóloga(o) escolar se dá a princípio como uma prevenção que visa esclarecer, orientar, e direcionar práticas pedagógicas ou outros meios exigidos pela demanda. Nas atribuições profissionais do psicólogo no Brasil (1992), uma parte é dedicada à sua atuação na educação, a partir delas pode se perceber que é na vivência do contexto escolar que seu trabalho acontece e se desenvolve. Sua atuação é, portanto, diretamente ligada ao processo de ensino aprendizagem, desde o planejar ao executar atividades correspondentes com o seu trabalho interligado ao dos demais personagens que compõem o ambiente escolar.

Sobre a responsabilidade para com os alunos, Reger (In. PATTO, 1983) vem também esclarecer que a ‘criança problema’ não pode ser tida pelo professor como responsabilidade da psicóloga(o), negligenciando essa criança depois de encaminhada e laudada. Isso ocorre quando o comportamento da criança é separado do aspecto educativo, o que gera um pensamento de que as crianças que não acompanham, “não responde” não pertencem propriamente a sala de aula, o que gera uma exclusão dessas crianças (REGER, In, PATTO, 1983, p. 12).

É importante ressaltar que nos processos de ensino e aprendizagem, mesmo quando surge a necessidade de outros profissionais, continua a(o) professora(o) sendo a(o) “principal agente” do ensino (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2009). Tendo clareza disso, mesmo que o professor receba auxílio com determinada criança, sua tarefa é também incluir, planejar atividades que possam gerar interação entre todos os alunos.

As(os) educadoras(es) como principais atores no cenário do ensino e da aprendizagem não podem acomodar-se com os conhecimentos prévios trazidos da sua formação inicial, devem aprofundar-se a fim de melhor responder às necessidades apresentadas pelos alunos. Esta busca de conhecimento deve ser constante e partir também da própria escola como promotora de formação continuada aos seus profissionais.

Ao nosso ver, precisar-se-ia capacitar melhor os professores para que estejam sempre aptos para promover uma educação integral do aluno, para detectando os que não acompanham o ritmo dos colegas e reconhecendo onde estão as falhas. Realizar uma reeducação quando se fizer necessário e ao âmbito de sala de aula e encaminhar ao profissional competente quando os seus recursos se esgotarem (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

A(o) professora(o) deve, portanto, estar aberta(o) a buscar recursos com outros profissionais quando for necessário, tal procura trará ganhos para todos e, principalmente, para

o aluno. Essa pequena atitude apoiada pela escola proporciona a superação de vários impasses que muitas vezes bloqueiam e impedem a aprendizagem.

Nos fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, um dos tópicos trata do *compromisso com a formação integral*, em que o aluno deve ser visto como sujeito único, compreendendo que a aprendizagem de cada um se faz de forma diferente e que não é um processo linear, percebendo o aluno como um ser completo, devendo a(o) professora(o) está comprometida(o) em ajudá-lo a desenvolver todas as suas dimensões. (BRASIL, 2017). Pode-se concluir que: “Essa é a tarefa essencial da educação, formar o homem integral.” (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019, p. 76).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Soares (1983) ajuda a perceber como as ciências sociais têm sido extremamente importantes no “[...] desmascaramento da ilusão ideológica de que as desigualdades de rendimento escolar se explicam por desigualdades naturais [...]” (SOARES, 1983, p. 50). Essas ciências ao se desamarrarem das correntes do preconceito conseguem trazer à tona as “[...] as desigualdades sociais socialmente determinadas” (SOARES, 1983, p. 50). Demonstrando como a sociedade de classes se utiliza da escola como “[...] o mais importante dos ‘aparelhos ideológicos’ do Estado;” (GOUVEIA, 1983, p. 19).

Diante deste estudo pode-se perceber quão estreita é a relação da psicologia com a educação, uma relação que surge na busca de responder a questões sociais e educacionais estreitamente ligadas à formação social desigual. A compreensão de que o problema do insucesso escolar dos alunos pobres vai além das questões psicológicas denuncia como as ciências podem ser utilizadas para justificar a estrutura da sociedade de classes e a exploração e submissão de uma classe sobre a outra.

Esclarecida essa vertente sombria de algumas teorias, chega-se a um ponto extremamente importante na decisão dos profissionais tanto da educação quanto da psicologia em ter atitudes de conscientização em busca da superação dessa exclusão escolar da classe trabalhadora. Promover a camada popular no ambiente escolar é fornecer à mesma subsídios para sua emancipação, portanto tendo uma visão crítica procurar também se comprometer com a socialização e democratização da educação pública com qualidade para todos e todas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília, 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015

BRASIL, Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019, Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social na educação básica. **Diário Oficial da União**, Edição: 240, Seção: 1, Página: 7. <DOU 12/12/2019 - Pg. 7 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil> Acesso em Out. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. **Catálogo Brasileiro de Ocupações**. 17 Out.1992. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em 05 Out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na educação básica. **Conselho Federal de Psicologia**. 2 ed. Brasília: CFP, 2019.

CUNHA, M. V.. **Freud: Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/140>>. Acesso em: 24 de Fev. de 2023.

FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; SOUZA, M. P. R. de. **Avaliação psicológica e escolarização**: contribuições da psicologia histórico-cultural. Teresina, PI: Edufpi, 2019.. Disponível em <Facci Avaliação psicológica e escolarização - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E ESCOLARIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES - Studocu> Acesso em 24 de Fev. de 2023.

FREIRE, P.. “A educação é um ato político”. **Cadernos de Ciências**, Brasília, n. 24, p. 21-22, jul./ago./set. 1991. Disponível em <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1357>> Acesso em: 24 de Fev. de 2023..

FREIRE, P.. **Educação e mudança**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013. Recurso digital sem número de páginas.

LAMOGLIA, A.; CRUZ, M. M.. **Psicopedagogia**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-Araujo, C. M. Psicologia Escolar: cenários atuais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 648- 663, 2009. Disponível em <Psicologia escolar: cenários atuais (bvsalud.org)> Acesso em 24 de Fev. de 2023.

OLIVEIRA, G. de C.. **Psicomotricidade**: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C.; TOSCHI, M. S.. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez editora, 2012.

PATTO, M. H. S.. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. 4ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Intermeios, 2015.

PATTO, M. H. de S. (Org.). **Introdução à psicologia escolar.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1981, reimpressão 1983.

SAVIANI, D.. **Escola e democracia.** 43 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D; GALVÃO, A. C.. **Educação na pandemia:** a falácia do “ensino” remoto. Universidade e sociedade. ANDES-SN, janeiro 2021.p. 36-49. Disponível em <<https://sintese.org.br/educacao/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/>> Acesso em: 24 de Fev. de 2023.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Repensando a didática.** 5ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.